



**ESTRATÉGIA NACIONAL DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eixo Ambiental



Diretriz, Objetivos e Iniciativas

A sustentabilidade ambiental parte do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos e de que sua utilização responsável é condição essencial para garantir a continuidade da vida humana e a integridade dos ecossistemas. A literatura especializada destaca que a preservação do capital natural — utilizado simultaneamente como fonte de insumos e como destino de resíduos — exige limites claros e práticas que assegurem a capacidade de regeneração dos sistemas ambientais. Manter ecossistemas produtivos e resilientes é fundamental para sustentar sociedades prósperas no longo prazo.

Ao incorporar essa visão, o Estado brasileiro reconhece que suas contratações públicas têm papel estratégico para promover transformações estruturais no modelo de desenvolvimento. A adoção de práticas que diminuem resíduos, ampliem a eficiência no uso de recursos e integrem soluções de mitigação e adaptação às mudanças climáticas contribui de forma decisiva para uma agenda ambiental. Esse movimento fortalece a coerência das compras governamentais com políticas de clima, conservação, gestão territorial e qualidade ambiental, tornando o poder de compra público um instrumento capaz de influenciar padrões produtivos em direção a maior sustentabilidade.

Diretriz:

Mitigar o impacto ambiental negativo das contratações públicas e incentivar soluções convergentes com a agenda ambiental.

Objetivos:

Promover contratações públicas sustentáveis que priorizem a regeneração do meio ambiente, a economia circular e a inovação em tecnologias limpas;

Esse objetivo orienta o Estado a utilizar seu poder de compra para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e regenerar ecossistemas, buscando produtos, serviços e obras que tenham menor impacto ambiental ao longo de todo o ciclo de vida. Isso inclui incentivar modelos produtivos circulares, que reduzam resíduos e ampliem a reutilização e reciclagem, bem como tecnologias limpas capazes de diminuir emissões. A contratação pública torna-se, assim, um vetor indutor de inovação e de novos padrões sustentáveis de produção e consumo.

Incorporar critérios de mitigação, adaptação e resiliência climáticas às contratações públicas com vistas à sua adequação às políticas de clima e de gestão ambiental e territorial;

Neste objetivo, o foco é alinhar as compras governamentais aos compromissos climáticos do país, garantindo que obras, serviços e produtos considerem riscos climáticos, segurança hídrica, eficiência energética, emissões de gases de efeito estufa e outros aspectos essenciais para a transição ecológica. A incorporação desses critérios aumenta a resiliência das infraestruturas públicas, reduz custos futuros com desastres e repara danos, e fortalece a coerência entre a ENCP, o Plano Clima, a Política Nacional de Mudança do Clima e demais instrumentos de gestão territorial e ambiental.

Incentivar a contratação pública de soluções da bioindústria e bioeconomia, com vistas à promoção do uso sustentável dos recursos da natureza, da rastreabilidade ambiental e da inovação biotecnológica.

Este objetivo reconhece o potencial estratégico da bioindústria e da bioeconomia para o desenvolvimento sustentável do país. Ao priorizar soluções baseadas na biodiversidade, o Estado estimula cadeias produtivas que geram valor agregado com menor impacto ambiental, fortalecendo setores como biotecnologia, insumos biológicos, materiais renováveis e produtos florestais não madeireiros. A rastreabilidade ambiental ganha protagonismo para aumentar a transparência sobre a origem da matéria-prima e criam-se incentivos à conservação da sociobiodiversidade.

Conheça as iniciativas relacionadas a cada objetivo:

Objetivo A1: Promover contratações públicas sustentáveis que priorizem a regeneração do meio ambiente, a economia circular e a inovação em tecnologias limpas;

| Cód. Macro | Macroação | Cód. Iniciativa | Iniciativa |
|------------|--|-----------------|--|
| A1.1 | Regulamentar a aplicação de critérios sociais e de sustentabilidade nas contratações públicas | A1.1.1 | Regulamentar a exigência de que o fornecedor demonstre o impacto socioambiental gerado no processo produtivo do bem ou serviço ofertado. |
| | | A1.1.2 | Regulamentar a aplicação de critérios sociais e de sustentabilidade nas contratações públicas |
| | | A1.1.3 | Incorporar nas contratações públicas critérios de sustentabilidade já estabelecidos em programas de certificação e rotulagem do governo federal. |
| | | A1.1.4 | Mensurar o ciclo de vida (ACV) dos objetos adquiridos nas compras, contratos e aquisições públicas. |
| | | A1.1.5 | Criar e implementar padrão de passaporte digital de produtos para permitir rastreabilidade e circularidade. |
| A1.2 | Reduzir emissões de carbono em contratações públicas | A1.2.1 | Ingressar e avançar no Green Procurement Pledge da Industrial Deep Decarbonization Initiative (IDDI) / UNIDO |
| A1.3 | Regulamentar a aplicação de princípios da economia circular nas contratações públicas. | A1.3.1 | Substituir, nas contratações públicas, matérias-primas poluentes por insumos de menor impacto ambiental ou regenerativos. |
| | | A1.3.2 | Integrar critérios de reciclabilidade em renovações de contratos e novas contratações públicas. |

| | | |
|--|---------------|---|
| | A1.3.3 | Estabelecer bonificações por desempenho para fornecedores que reduzirem a geração de resíduos e o consumo de água e energia durante o contrato. |
| | A1.3.4 | Integrar ao processo de contratações de edificações e infraestruturas a análise de requisitos de sustentabilidade dos materiais, dos métodos construtivos e das técnicas de execução. |

Objetivo A2: Incorporar critérios de mitigação, adaptação e resiliência climáticas às contratações públicas com vistas à sua adequação às políticas de clima e de gestão ambiental e territorial;

| Cód. Macro | Macroação | Cód. Iniciativa | Iniciativa |
|-------------------|--|------------------------|---|
| A2.1 | Regulamentar a aplicação de critérios para neutralização de emissão de GEE | A2.1.1 | Estabelecer requisitos de mitigação climática (redução de GEE) nas licitações conforme a Taxonomia Sustentável Brasileira. |
| | | A2.1.2 | Regulamentar a aplicação da Taxonomia Sustentável Brasileira nas contratações públicas. |
| A2.2 | Medir pegada de carbono nas obras de infraestrutura com recurso público. | A2.2.1 | Construir uma calculadora de pegada de carbono no Obrasgov.br, destinada a estimar a quantidade de CO ₂ emitida por cada obra a partir de parâmetros técnicos do empreendimento. |

Objetivo A3: Incentivar a contratação pública de soluções da bioindústria e bioeconomia, com vistas à promoção do uso sustentável dos recursos da natureza, da rastreabilidade ambiental e da inovação biotecnológica.

| Cód. Macro | Macroação | Cód. Iniciativa | Iniciativa |
|------------|---|-----------------|--|
| A3.1 | Regulamentar a integração de produtos e serviços da bioeconomia, bioindústria e biotecnologia | A3.1.1 | Incentivar a contratação de soluções baseadas na bioeconomia e na biotecnologia sustentável. |
| | | A3.1.2 | Expandir a contratações públicas de bioquímicos industriais básicos de origem renovável. |
| | | A3.1.3 | Incentivar a contratação de frota de uso público com biocombustível. |
| | | A3.1.4 | Priorizar produtos e serviços que participem de programas de certificação sustentável vinculados a biomas brasileiros. |
| | | A3.1.5 | Priorizar e facilitar o acesso de fornecedores que adotam práticas de agricultura regenerativa, agroecologia ou outras técnicas de agricultura e manejo sustentável em contratos públicos. |